

## MARCO TEORICO

ISSN: 1887-2417  
D.L.: C-3317-2006

# Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras

## *Community-based tourism: state of the art and Brazilian experiences*

*Nathália Hallack<sup>1,3</sup>, Andrés Burgos<sup>1,3</sup> e Daniela Maria Rocco Carneiro<sup>1,2,3</sup>. 1 Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília (CDS/UnB). 2 Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB). 3 Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS/UnB). (Brasil)*

**Resumo**

*O objetivo deste artigo é apresentar uma breve contextualização sobre o estado da arte do turismo de base comunitária (TBC) no Brasil. O TBC é uma prática turística que busca conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Neste trabalho, realizamos, em um primeiro momento, uma discussão sobre as bases, conceitos e princípios do TBC, bem como evidenciamos alguns de seus desafios, ameaças e fragilidades. Em seguida, apresentamos algumas iniciativas de TBC no contexto brasileiro: o Edital nº 01/2008 do Ministério do Turismo do Brasil, a Rede Brasileira de Turismo Comunitário "TURISOL" e a caso da "Prainha do Canto Verde - Turismo comunitário e sustentável".*

**Abstract**

*This paper is aimed at presenting a brief overview on the state of the art of community-based tourism (CBT) in Brazil. CBT is a tourism practice that seeks to reconcile local development and nature conservation. At first, we carried out a discussion on the foundations, concepts and principles of CBT, as well as bringing light to some of its challenges, threats and weaknesses. Then, we present some initiatives in the Brazilian context of CBT: Call for Entries No. 01/2008 of the Ministry of Tourism of Brazil, the Brazilian Network of Community Tourism "TURISOL" and the case of the "Prainha do Canto Verde - Sustainable and Community Tourism".*

**Palabras chave**

*Turismo de base comunitária (TBC), sustentabilidade, participação, desenvolvimento local*

**Key-words**

*Community-based tourism (TBC), sustainability, participation, local development.*

## Introdução

---

O crescimento econômico, a valorização do conhecimento científico e o advento de tecnologias, principalmente a partir da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII, ofereceram uma nova divisão do “tempo de vida”. Conseqüentemente, com o surgimento do tempo livre (conquistado por meio de lutas trabalhistas que ocorreram na época) e a criação de máquinas de vapor, tais como locomotivas e navios, desencadeou-se um desenvolvimento bastante significativo da atividade turística. Compreender o turismo a partir de sua lógica econômica pressupõe, também, valer-se do conhecimento do lazer, já que esta é uma atividade que envolve a experiência de práticas lúdicas, de descanso, de ócio e de evasão. Desse modo, viajar para algum lugar com a finalidade de contemplá-lo e aí permanecer por motivos que, basicamente, não estejam vinculados com o trabalho, constitui a característica principal do turismo de massa nas sociedades modernas (URRY, 2001).

Porém, esse modelo de produção de serviços turísticos, que caminha de mãos dadas com o progresso, vai os poucos se sufocando. Na atualidade, a demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável, tendendo a focar cada vez mais sobre a qualidade, e exprimindo as necessidades da cultura e do meio ambiente (ZAQUAL, 2009).

Assim, a natureza e seus recursos são atrativos turísticos cada vez mais comuns em nossa sociedade. Ambientes naturais e rurais constituem uma demanda crescente (ABETA, 2010). Contudo, o rápido crescimento do turismo em áreas naturais e rurais pode provocar graves impactos sobre o meio ambiente, além de alterações sociais, culturais e econômicas nas localidades receptoras, comprometendo os recursos naturais e culturais que constituem em si mesmos o atrativo turístico. Isto, sem dúvida, pode comprometer a sobrevivência da própria atividade.

Entendido simples e equivocadamente como uma indústria<sup>1</sup> e oportunidade de negócio, o turismo se desenvolve coordenado e orientado pelo mercado e segundo os interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo (BARRETO, 2000). Não respeitando a capacidade de suporte do ambiente, a atividade turística se apropria do espaço público, transformando os destinos em “produtos étnicos”, frutos do modismo de consumo da natureza, mudando os usos do lugar e provocando trocas culturais, assim como distribuição desigual

---

1 Popularmente, fala-se em uma “indústria do turismo”, no entanto, a atividade turística pertence ao setor terciário, e não secundário, característico majoritariamente por uma produção industrial. Na literatura estrangeira, quando se usa a expressão *industry of tourism*, a melhor tradução para a Língua portuguesa seria “setor do turismo” ou “setor turístico”.

da renda. A mercantilização dos destinos e bens de uso comum, assim como da identidade das comunidades locais, se traduz tanto em consequências negativas no meio ambiente como em graves alterações sociais, culturais e econômicas, além do surgimento de conflitos e hostilidades entre os protagonistas e atores turísticos.

Para IRVING (2002, p.19) a implantação da atividade turística tem sido muito rápida, principalmente em regiões menos favorecidas sob a ótica socioeconômica. Por outro lado, tais regiões contam com grande potencial enquanto seu patrimônio cultural e ambiental, destacando que “(...) o avanço turístico, no entanto, nem sempre ocorre a favor das populações locais e, frequentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental”. Isto quer dizer que a tendência mundial de “turistificação” dos lugares com potencial e atrativo turístico não se traduz em oportunidades para as comunidades receptoras, pois são poucos os benefícios realmente comprometidos com o desenvolvimento local.

Diante do exposto, pensar o fenômeno turístico dentro do modelo de desenvolvimento vigente leva irremediavelmente ao comprometimento de dois processos que são essenciais para a vida humana: i) a proteção e manutenção dos recursos naturais e ii) o desenvolvimento das comunidades locais. Esse modelo tem contribu-

ído para uma notável depredação dos recursos naturais e culturais, surgindo então a necessidade de se estudar novas formas de uso racional dos locais potencialmente turísticos, para, dessa maneira, ajudar a construir e consolidar novos paradigmas de desenvolvimento turístico.

Dentro de uma nova ordem mundial de desenvolvimento em busca da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural, é fundamental repensar como a atividade turística vem sendo gerida, incorporando a democratização de oportunidades e benefícios por meio de um planejamento cuidadoso que estimule a participação efetiva dos atores sociais no seu desenvolvimento. Segundo a EMBRATUR/IEB (2001), estratégias de planejamento turístico e/ou de conservação ambiental que neguem direitos e possibilidades às comunidades são destrutivas e ilegais.

A minimização dos impactos negativos das práticas turísticas passa por novos modelos de implementação de projetos, centrados em parcerias onde se valorem a participação das comunidades, mediante novas formas de construção da realidade baseadas no saber compartilhado, nas relações horizontais e na noção de empoderamento (IRVING, 2002). Acreditamos que as práticas turísticas não devem estar orientadas unicamente pelo espaço turístico, como também pelo ator social, que pode ser co-responsável e participativo no processo de planejamento e gestão.

Neste sentido, diante do impacto do turismo tradicional, da “coisificação” do lugar, da desumanização do sujeito e das políticas hegemônicas de produção do espaço turístico, o turismo de base comunitária (TBC) vem se tornando prática comum em toda América Latina. No Brasil o TBC surge como uma modalidade turística ascendente, sobretudo em Unidades de Uso Sustentável<sup>2</sup> e áreas de relevância ambiental, que em sua maioria albergam comunidades com poucas perspectivas econômicas.

O TBC não é um segmento turístico, tal como alguns autores<sup>3</sup> consideram, e sim uma prática turística que busca conciliar o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Trata-se de uma resposta alternativa que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apon-

tar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora.

Consideramos que o TBC está adquirindo importância não apenas entre as comunidades, organizações não governamentais e movimentos sociais, mas também no âmbito científico, como objeto de estudo relacionado à mobilização e participação social. Igualmente, esta tendência está acompanhada pelo interesse do governo federal, que a partir das diretrizes do Plano Nacional do Turismo (PNT 2007-2010) afiançou seu compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social como vetores do turismo, por meio da promoção e fomento de projetos, programas e experiências de turismo comunitário no Brasil.

## Turismo de base comunitária: bases, conceitos e princípios norteadores

Atualmente presenciamos um significativo avanço de atividades turísticas em comunidades de diferentes conformações. Embora estas iniciativas se apresentem de inúmeras formas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais, percebemos, como um elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimen-

---

2 As Unidades de Uso Sustentável, junto com as Unidades de Proteção Integral, compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e têm por objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais (BRASIL, 2004).

3 Vide o livro do MTur publicado em 2009 e intitulado “Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras”, organizado por Roberto BARTHOLO, Davis Gruber SANSOLO e Ivan BURSZTYN. [Acesso em 26 jun. 2012: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)].

to e gestão do turismo. Tais experiências vêm sendo englobadas genericamente sob o título de turismo de base comunitária - TBC (LTDS, 2011).

Embora não haja uma definição amplamente aceita do conceito de TBC, as perspectivas teóricas sobre o tema apresentam similaridade de princípios e abrangem dimensões antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais. Segundo o LTDS (2011, p. 07), *“a extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC, uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostas pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros”*.

Esta falta de consenso em termos conceituais do turismo comunitário, de acordo com o Ministério do Turismo do Brasil (MTUR, 2010), resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência. Não obstante cada conceito apresentar suas especificidades, o MTur traça como princípios comuns entre as diversas definições:

i) a autogestão; ii) o associativismo e cooperativismo; iii) a democratização de oportu-

nidades e benefícios; iv) a centralidade da colaboração, parceria e participação; v) a valorização da cultura local e, principalmente, vi) o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Na tentativa de ilustrar esta amplitude conceitual, o Quadro 1, abaixo, reúne algumas terminologias e suas respectivas definições apresentadas por diferentes segmentos, como projetos, experiências, redes, governo e academia.

No entendimento de HIWASAKI (2006), o turismo comunitário se traduz em quatro objetivos:

- (i) qualificação e posse, refere-se à participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo;
- (ii) conservação dos recursos, ou seja, o turismo deve impactar positivamente na conservação dos recursos naturais e/ou culturais;
- (iii) desenvolvimento econômico e social, relacionado com a geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local e
- (iv) qualidade na experiência do visitante, focada no compromisso de assegurar a ele uma experiência de qualidade e comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

Segmento	Instituição/ iniciativa/autor	Terminologia	Definição
Projetos	Projeto Bagagem	Turismo Comunitário	Atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. ( <a href="http://www.projetobagagem.org">http://www.projetobagagem.org</a> )
	Projeto Saúde e Alegria	Ecoturismo de Base Comunitária	Baseada nos princípios da economia solidária, apresenta-se como oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e da promoção da interculturalidade. ( <a href="http://www.saudeealegria.org.br">http://www.saudeealegria.org.br</a> )
Experiências	Fazenda Modelo Quilombo D'Oiti	Turismo Étnico de Base Comunitária	Modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório e garante que a atividade turística seja um fortalecedor de ancestralidade. ( <a href="http://www.turismoafro.com.br">http://www.turismoafro.com.br</a> )
	Prainha do Canto Verde	Turismo Comunitário	Oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território. ( <a href="http://prainhadocantoverde.org">http://prainhadocantoverde.org</a> )
Redes	TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário	Turismo de Base Comunitária	Baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e da economia solidária e controlado de maneira efetiva pelas populações locais (apud SANSOLO & BURSZTYN, 2009, p. 147).
	TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território, na autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados do encontro cultural com os visitantes (apud SANSOLO & BURSZTYN, 2009, p. 147).
Governo	Ministério do Turismo (MTur-Brasil)	Turismo de Base Comunitária	Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (2008, p. 01).
Academia	MALDONADO	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (2009,p.31).
	CORILANO	Turismo Comunitário	Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (2009, p.282).
	SAMPAIO et al.	Turismo comunitário, solidário e sustentável	Estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (2011, p.27)

Quadro1. Terminologias e respectivas definições do TBC. (FONTE: elaboração própria, 2012).

Contrapondo o turismo massificado, o TBC busca uma vinculação situada nos ambientes naturais e culturais de cada lugar, além de requerer uma menor dependência e necessidade de infraestrutura e serviços. Se comparado ao modelo hegemônico, este representa a promoção de atividades turísticas enraizadas em um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável. O potencial da atividade vai além dos benefícios econômicos, representando não apenas mais um segmento de mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo (BURSZTYN ET AL., 2009; SAN-SOLO, BURSZTYN, 2009).

Neste sentido, os protagonistas dos destinos são sujeitos e não objetos do processo. IRVING (2009), na tentativa de se delinear uma conceituação para o turismo comunitário, apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais desta atividade:

- *Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos.* Quanto maior o envolvimento local e as estratégias de participação social no planejamento e implementação dos projetos, mais evidentes são os níveis de protagonismo social e a sustentabilidade das iniciativas.
- *Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados.* Parte-se da premissa que o turismo comunitário se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais. O processo de planejamento deve assegurar a “qualidade” ambiental e social do destino.
- *Geração de benefícios diretos à população local.* Tais iniciativas devem assegurar que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida da própria população.
- *Afirmação cultural e interculturalidade.* A valorização da cultura assume importância não como à configuração de um “produto”, mas com o objetivo de afirmação de identidade e pertencimento. O intercâmbio de “quem está” e “quem vem” propicia a relação local-global e a prática da interculturalidade.
- *O “encontro” como condição essencial.* O “encontro” entre identidades assume o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Atores locais e
- *Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local.* A atividade resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico e que estabelecem com este território uma relação cotidiana de dependência material e simbólica. O protagonismo social - resultante do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre o processo de decisão - assume uma condição essencial para este tipo de turismo.

turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos do processo, estabelecendo uma relação de troca, interação, descoberta e retroalimentação.

O TBC integra atividades econômicas de serviços de hospedagem, alimentação e lazer que, *a priori*, não o diferencia dos demais segmentos turísticos. Seu diferencial recai justamente no entendimento da atividade turística como um subsistema interconectado com outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Neste sentido, o turismo comunitário não está centrado somente na atividade turística, uma vez que representa uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável que abrange diversas dimensões - política, cultural, econômica, humana - da vida em sociedade (SAMPAIO e CORIOLANO, 2009).

## Desafios, ameaças e fragilidades

---

Refletindo sobre os processos de desenvolvimento turístico que ocorrem no entorno de áreas naturais protegidas ou em áreas de grande potencial cênico, MIELKE (2009) afirma que muitos deles não avançam por duas razões. A primeira é de ordem socioambiental. O processo de desenvolvimento está condicionado à existência de um ambiente político-institucional favorável na comunidade e sua

ausência dificulta o estabelecimento de relações de cooperação. A segunda razão é de ordem metodológica, e refere-se à falta de conhecimento do processo como um todo, principalmente com relação à dinâmica do mercado turístico nacional e internacional.

A partir de sua experiência com comunidades localizadas em regiões de forte presença e/ou potencial turístico, mas que se encontram desorganizadas e desestruturadas, MIELKE (2009) aponta uma série de necessidades e desafios inerentes ao processo do desenvolvimento turístico de base comunitária, dos quais destacamos:

- *A complexidade.* Trata-se de um componente inerente à atividade turística e que envolve uma série de iniciativas locais, instituições públicas e não governamentais, entre outras. Como consequência, a organização de uma comunidade para o turismo requer o estabelecimento de uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais. Neste sentido, o processo de alinhar pensamentos para que todos tenham o mesmo foco é árduo e exige experiência e profissionalismo por parte dos envolvidos.
- *O fator tempo.* Muitos projetos têm um tempo curto de execução e, por isto, acabam não respeitando o amadurecimento das relações necessárias para alinhar assuntos complexos e de



interesse coletivo. Os editais e termos de referência para o financiamento de projetos precisam ser estruturados e concebidos sem impor uma série de tomadas de decisões em curtos períodos de tempo.

- *O apoio externo.* Aparece como elemento fundamental no desenvolvimento turístico de base local. Mesmo em comunidades organizadas, estes processos dependem da orientação efetiva de entidades especializadas, como universidades e ONGs. Com relação à composição da equipe externa, o autor afirma que este é um trabalho multidisciplinar e deve integrar profissionais com conhecimentos em três eixos temáticos principais: desenvolvimento econômico, turismo e trabalho comunitário.

No entendimento de SAMPAIO ET AL. (2011), o turismo comunitário representa uma estratégia que permite as comunidades viabilizarem o seu modo de vida tradicional, oportunizando o contato e a troca de experiência entre membros comunitários e visitantes conscientes. Nesta perspectiva, os autores interpretam o TBC como uma proposta institucional que conserva os modos de vida tradicionais e preserva a biodiversidade local. Ressaltam, entretanto, que: *“o grande desafio do Turismo comunitário, solidário e sustentável é como promover modos de vida tradicionais (tidos, sob a lógica desenvolvimentista, como modos de vida absoletos), inseridos*

*em economias comunitárias, que se apresentam ambientalmente mais sustentáveis que, por sua vez, dialogam com a economia de mercado, no entanto, que ainda conservam suas dinâmicas próprias?”* (SAMPAIO ET AL., 2011, p. 27).

Estas iniciativas enfrentam o desafio de se inserirem no mercado e, ao mesmo tempo, conservarem suas dinâmicas próprias. Ou seja, é preciso estabelecer uma relação entre o local e o global, se integrando na economia hegemônica e mantendo o modo de vida tradicional, pois este se torna o principal atrativo e diferencial.

Os estudos de MALDONADO (2009), com cerca de trinta projetos de TBC na América Latina, evidenciaram graves restrições enfrentadas por estas comunidades, conduzindo-as a uma grande instabilidade e fraca competitividade no mercado. As deficiências mais notáveis foram sintetizadas no Quadro 2 e resultam, em parte, *“da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios”* (MALDONADO, 2010, p. 32).

Para BENEVIDES (2002), a proposta de um desenvolvimento local “alavancável” por meio do turismo enseja a equalização de cinco objetivos, cuja compatibilização é muito problemática: i) preservação/conservação ambiental; ii) identidade cultural; iii) geração de ocupações produtivas e de

Deficiências da oferta de turismo comunitário
1. <i>Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.</i>
2. <i>Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.</i>
3. <i>Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.</i>
4. <i>Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.</i>
5. <i>Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.</i>
6. <i>Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.</i>
7. <i>Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.</i>
8. <i>Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.</i>

Quadro 2 – Deficiências da oferta de turismo comunitário. (FONTE: Maldonado, 2009, p. 32-33)

renda; iv) desenvolvimento participativo e v) qualidade de vida. Quanto à ideologia do turismo de base local, o autor aponta alguns equívocos, dos quais destacaremos dois. O primeiro refere-se à associação da redução da escala como possibilidade de ampliação dos espaços de participação democrática. Para o autor (2002, p. 29), “o conteúdo demarcatório do que seja democrático reporta-se fundamentalmente à dimensão do político e não da espacialidade”. Relacionar “diminuição da escala espacial” com “aumento de participação” desconsidera a significação dos micropoderes na cons-

tituição das relações sociais de dominação (WEBER, 1964, apud BENEVIDES, 2002). Desta desconsideração resulta o segundo equívoco: em lugares onde persistem comunidades tradicionais, a identidade local, muitas vezes, é interpretada como foco de resistência aos projetos modernizadores da expansão capitalista. Segundo LIPIETZ (1987, p. 180, apud BENEVIDES, 2002), “ao lutarem para “reiterar o unanismo do antigo espaço”, movimentos dessa natureza esquecem de considerar que as relações sociais nestes lugares, por estarem sob a “hegemonia de um bloco tradicional” não são efetivamente “relações comunais””.

BURSZTYN ET AL. (2009), por sua vez, argumentam que o reconhecimento no valor das experiências do turismo comunitário não deve ser confundido como uma simples apologia aos empreendimentos de pequena escala. Na tentativa de não cair na vala comum do reducionismo e superficialidade analítica, os autores tecem algumas considerações: (i) As experiências de TBC bem sucedidas não podem ser interpretadas como passíveis de reaplicação em outras localidades e contextos. Tal atitude faria do desenvolvimento situado um objeto de reprodução seriada, ou seja, uma contradição nos próprios termos da questão; (ii) O TBC deve ser encarado em uma perspectiva possibilista e não determinista e prescritiva para o desenvolvimento situado e o turismo. Não podemos interpretá-lo como um modelo estanque, com uma configuração fixa e capaz de atender toda e qualquer realidade e (iii) Deve-se, ainda, reconhecer que iniciativas de TBC não estão isentas de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse.

## Turismo de Base Comunitária no contexto brasileiro

---

A reflexão sobre o turismo de base comunitária no Brasil, durante muitos anos, trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das ten-

dências de políticas públicas nacionais e internacionais. Neste período, poucos profissionais mergulharam no campo de investigação do TBC. Tal realidade permeou até meados da década de 1990, quando um movimento de pesquisadores de diferentes inserções do país levou essa discussão para o Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL). Este encontro demonstrou a demanda por fóruns dessa natureza e viabilizou a consolidação de redes não formais de pesquisas. O engajamento de pesquisadores em torno do TBC possibilitou o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações sobre a temática. No entanto, esta produção acadêmica permaneceu nos “bastidores” até recentemente (IRVING, 2009).

Para IRVING (2009), um novo olhar sob o TBC ocorre a partir da convergência de uma série de fatores surgidos em âmbito nacional e internacional, a saber: (i) a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social e o compromisso de stakeholder engagement como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de ONGs de alcance internacional, associada a temáticas sociais e ambientais; (v) a mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental; (vi) a exigência de novas demandas na se-

ara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece as populações locais, contribuindo para a exclusão social e (vii) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”.

Percebemos que os fatores destacados por IRVING (inclusão social, participação, governança, capital social, stakeholder engagement, compromissos ambiental e social, sustentabilidade, entre outros) constituem-se em elementos sine qua non para o desenvolvimento do TBC. Neste sentido, o turismo comunitário, orbitando em torno de tais princípios e compromissos, migra da periferia para o centro das discussões, rompendo as barreiras acadêmicas e penetrando o universo político e publicitário. O lançamento do Edital 01/2008 pelo MTur, voltado para o financiamento específico do turismo comunitário, reflete as ações do poder público federal no apoio de um outro modelo de turismo.

Uma pesquisa coordenada por SANSOLO E BURSZTYN (2009) com 25 representantes de iniciativas de turismo de base comunitária brasileiras, realizada em maio de 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, possibilitou o levantamento e sistematização de algumas informações acerca do desenvolvimento do TBC no Brasil. A maior parte das experiências localiza-se na região nordeste do Brasil, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Destacamos, a seguir, alguns resultados do universo pesquisado:

- O TBC ocorre em pequenas comunidades assentadas em povoados, aldeias e vilas. Não há referência, nos casos analisados, de experiências envolvendo um município como um todo.
- 80% das iniciativas ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, seja em Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável e Áreas de Preservação Permanente (APP).
- As experiências apresentam uma diversidade de atrativos naturais, culturais e convencionais. A água destaca-se como um grande atrativo, muito embora a balneabilidade de rios e praias possa ser comprometida. Dados apontam que, em 2003, apenas 62,9% da população nordestina foi atendida por abastecimento de água tratada, e somente 34,6% do esgoto gerado na região é tratado. Tal realidade demonstra que a necessidade de investimento em infraestrutura básica é urgente.
- Ao contrário do turismo convencional, e sua produção de espaços segregados para o turista e para os moradores, a essência do TBC se expressa no território. No turismo comunitário não há sobreposição de territorialidades: turista e comunidade dividem o mesmo lugar, e este representa um espaço de encontro e convivialidade.
- Em grande parte das iniciativas, as comunidades contaram com apoio externo, normalmente de ONGs e universidades, para a realização do plane-

jamento, estruturação e operação do turismo. Por meio de suporte técnico e apoio financeiro, ONGs nacionais e internacionais assumiram um papel fundamental na inserção das comunidades na prática do turismo.

- As formas de propriedade e modo de gestão dos empreendimentos são variadas. Incluem-se os empreendimentos comunitários geridos por cooperativa e a organização familiar.
- Todas as iniciativas apresentaram “atividades de planejamento” do turismo de base comunitária. A frequência das reuniões, entretanto, varia de encontros semanais até anuais. O formato dos encontros é diverso: em alguns casos envolvem apenas as lideranças formais, em outros, o processo é mais aberto, contando com a participação de lideranças informais, membros da comunidade e até pessoas externas à localidade.
- Em nenhum dos casos o turismo é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica. No entanto, o turismo tem representado um apoio ao fortalecimento da autoestima dessas comunidades e um meio de apoio às suas lutas.

No contexto das experiências brasileiras, dois elementos comuns têm se destacado como base nas iniciativas de relativo sucesso. Por um lado, o forte componente de uma afirmação identitária de comunidades enraizadas em sítios simbólicos de

pertencimento e, por outro, o movimento de ativa resistência contra as mais usuais formas de desenvolvimento do turismo (BURSZTYN ET AL., 2009). Outro elemento marcante refere-se ao caráter da solidariedade. A solidariedade está expressa não apenas dentro da comunidade, por meio da organização de empreendimentos coletivos, mas também entre diferentes iniciativas, que se organizam em redes para se ajudarem mutuamente (LTDS, 2011).

O comprometimento ativo de atores locais também representa uma característica comum nas iniciativas de base comunitária. Em muitos casos, o TBC surge em um contexto onde as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência, como na luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais. No litoral cearense, por exemplo, a problemática do uso da terra é fundamental para se compreender o processo de formação do TBC. A luta pelo território é o ponto de partida para a organização comunitária. Neste contexto, o turismo comunitário acaba por representar “um meio a mais”, dando voz, força e capacidade articuladora, inclusive com agentes externos, para estas lutas. É como ressaltava BARTHOLO (2009, p.51), “o turismo não é afirmado como elemento identitário no movimento de resistência das comunidades, e sim um meio para dar visibilidade aos conflitos dos modos de vida tradicionais com a chegada da modernidade”.

A mobilização das comunidades, em torno de um interesse comum, fornece a base para uma coesão fortalecedora do sentido de comunidade. Segundo JEFFREY WEEKS (apud BAUMAN, 2003, p.91), *“o mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder (...)”*.

Essa face ideológica e militante do TBC é confirmada por SANSOLO E BURSZTYN (2009) em suas averiguações empíricas. Segundo os autores, as iniciativas de turismo comunitário, na realidade brasileira, têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais - base da subsistência de diversas comunidades, a luta pela terra, pelo direito à memória cultural e por uma educação digna.

Os destinos de turismo de base comunitária “ainda não são considerados sucessos de venda e consumo por turistas nacionais e internacionais” (MENDOÇA e IRVING, 2004, p. 20), no entanto, sua prática é válida e, nas seções a seguir, destacaremos algumas iniciativas no âmbito brasileiro.

## Edital nº 01/2008

---

Os primeiros registros de experiências de TBC no Brasil datam de meados da dé-

cada de 1990, e foram organizadas independentes das ações do poder público. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), tais iniciativas foram reconhecidas por esse órgão como um fenômeno social e econômico. No início de sua atuação, o MTur atendeu demandas isoladas de experiências de TBC. Em 2006 e 2007, pesquisadores do tema e representantes de iniciativas pleitearam uma ação mais articulada do poder público, que resultou no Edital de Chamada Pública de Projetos nº 01/2008.

Ressalta-se que o apoio do Ministério do Turismo às iniciativas de TBC ocorre no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur). O apoio está alicerçado no Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão, baseado na estratégia de associar crescimento de mercado à distribuição de renda e redução de desigualdades regionais e sociais.

O apoio financeiro do Edital nº 01/2008 ficou entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil por iniciativa, com prazo de execução de até 18 meses. O edital atraiu a inscrição de mais de 500 propostas de todo Brasil, das quais 50 foram selecionadas (vide Figura 1). A maior parte das entidades proponentes pertencia ao terceiro setor, abrangendo associações locais, cooperativas, fundações universitárias e ONGs. Os conteúdos



Figura 1. Projetos selecionados no âmbito do edital de chamada pública MTur/n. 001/2008. FONTE: Bartholo, Sansolo e Bursztyn, 2009.

das propostas baseavam-se nas seguintes ações:

- (i) Planejamento da atividade turística: ações de mobilização e sensibilização da comunidade e planejamento participativo.
- (ii) Qualificação da gestão dos produtos e dos serviços turísticos: cursos, seminários, intercâmbios, consultoria para assistência técnica especializada, visitas in loco para troca de experiências.
- (iii) Formação de redes: fortalecimento de redes de TBC já constituídas, além da formação de redes locais, principalmente de comercialização.
- (iv) Apoio à comercialização: participação em eventos de caráter nacional e em eventos de cunho local. Além de ações de interação entre os destinos, produtos e serviços ofertados pela comunidade e os seus consumidores.
- (v) Promoção: participação em eventos, produção de panfletos, banners, vídeos, entre outros materiais promocionais para divulgação nos eventos.

Segundo o MTur (2010), a decisão de apoiar o TBC considerou, pelo lado da oferta, a expansão da gestão da atividade turística sob responsabilidade das comunidades locais, aliado a indicadores que

apontam o sucesso de algumas destas experiências. Do ponto de vista da demanda, pesquisas nacionais e internacionais demonstram o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências com culturas diferentes e ambientes preservados, revelando a potencialidade das iniciativas de turismo comunitário no Brasil.

## TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário

---

Em fevereiro de 2003, a Embaixada da França no Brasil, por meio de um programa de cooperação no setor de economia solidária, reuniu diferentes atores com o intuito de fomentar a discussão sobre o turismo solidário no país. No decorrer deste ano, ocorreram outros encontros em que se evidenciou o interesse do grupo em permanecer em contato, estabelecendo trocas de experiências e promovendo o debate do turismo solidário em âmbito nacional. Neste contexto, nasce informalmente a Rede TURISOL.

Com a visão de “tornar o Brasil um país referência no Turismo Comunitário” e a missão de “construir, fortalecer e disseminar modelos economicamente viáveis, ambientalmente responsáveis e socialmente justos por meio do turismo junto a comunidades rurais, tradicionais e urbanas”, a Rede tem por objetivo fortalecer as iniciativas já exis-

tentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente.

Os princípios da TURISOL foram reunidos em 11 temáticas principais, a saber: o produto turístico ou atração turística é o modo de vida; o turismo é instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo; a comunidade é proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos; o turismo é uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas; compromisso na distribuição justa do dinheiro e na transparência no uso dos recursos; valorização cultural e afirmação da identidade; relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade; o turismo auxilia na luta pela posse da terra pela comunidade; compromisso com a conservação e sustentabilidade ambiental; estabelecimento de uma cadeia de valor focada no desenvolvimento da comunidade e desenvolvimento de princípios e critérios para organizar, normatizar e regular os empreendimentos e processos turísticos.

Em 2009, o Edital MTur 2008 aprovou as propostas dos 06 membros da rede: Acolhida na Colônia, Fundação Casa Grande, Projeto Saúde e Alegria, Projeto Bagagem, Instituto Mamirauá e Rede Tucum. Já em 2010, uma seleção para novos membros ampliou de 06 para 22 destinos de TBC no Brasil, representados pelas organizações a seguir: Projeto Saúde e Alegria (PA), Acolhida na Colônia (SC), Rede Tucum (CE),



Fundação Casa Grande (CE), Pousada Uacari – Reserva Mamirauá (AM), Pousada Aldeia dos Lagos (AM), Associação de Artesãs de Coqueiro do Campo (MG), Instituto Inhotim (MG), Associação Etnoambiental Beija Flor (AM), Associação Sociocultural Yawanawa (AC), Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista (BA), Associação Rede Cananéia (SP), Instituto Floresta Viva (BA), Associação de Jovens da Juréia (SP), Associação das Mulheres do Pesqueiro (PA), Instituto Tapiaim (PA), Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos (MT), Centro Ecológico Aroeira (CE), Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (MG), Instituto Formação (MA), Casa do Boneco de Itacaré (BA) e Instituto Socioambiental com o projeto Circuito Quilombola (SP).

Com o comprometimento de seus membros, parceiros e financiadores, a Rede TURISOL tem atuado na promoção e estruturação do TBC no Brasil. A Série Turisol de metodologia do turismo comunitário, lançada em 2010 e composta por 07 volumes, registra as histórias e experiências dos membros que mais têm se destacado nos últimos dez anos.

## Prainha do Canto Verde

---

Da Rede TURISOL, optamos por evidenciar a experiência da “Prainha do Canto Verde – Turismo comunitário e sustentável”, uma

comunidade pesqueira, situada no município de Beberibe, a 126 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza. A Prainha do Canto Verde localiza-se em uma Reserva Extrativista (Unidade de Uso Sustentável) cuja presença registrada é de aproximadamente 200 famílias (PRAINHADO CANTO VERDE, 2011). A escolha da Prainha do Canto Verde se deve pelo fato de ser a experiência de TBC brasileira de maior sucesso, reconhecida tanto nacional como internacionalmente.

Segundo estudos de MEN DOÇA E IRVING (2004), a origem da comunidade data de 1860, porém foi em 1979 que movimentos de luta e resistência dos pescadores foram desencadeados com o intuito de garantir o direito e usufruto da terra.

O litoral cearense é marcado por diversos atrativos turísticos e singular beleza cênica, mas, embora o turismo na região não seja a principal fonte de renda, a atividade é planejada e gerida pela comunidade a partir de processos contínuos de participação. Apesar das dificuldades, a comunidade da Prainha do Canto Verde, que sobrevive da pesca artesanal da lagosta e do turismo comunitário, se esforça para manter a preservação da identidade cultural de seus moradores, gerar benefícios para a própria comunidade (não permitindo especulação imobiliária, por exemplo) e incentivar engajamento e autonomia dos moradores. No site da PRAINHA DO CANTO VERDE (2011), criado por nove jovens da Associação de moradores da comunida-

de, é possível verificar que o turismo comunitário é entendido como: *“uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território”*.

## Conclusões

---

No turismo comunitário, as relações econômicas são enriquecidas por outras relações que transcendem a racionalidade do lucro imediato. Não se trata de uma atividade constituída em sua essência de atores econômicos, e sim de uma múltipla e complexa rede socioeconômica articulada entre si e com ações transversais focadas em temas como a saúde, a educação, a cultura e o meio ambiente.

Na literatura científica, debates políticos, arcabouços institucionais e programas oficiais de fomento, o TBC tem se projetado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local. Considera-se, entretanto, que tamanha visibilidade requer um pouco mais de cautela. É preciso instituir parâmetros, sistematizar experiências e reconhecer os limites desta proposta. A discussão do TBC precisa romper o campo etéreo - apoiado em bases ideológicas - e aterrissar em questões mais concretas, como, por exemplo, a promoção de estudo em torno da

viabilidade econômica de tais iniciativas - tema ainda pouco debatido no Brasil.

Reconhecemos que o TBC coaduna com as perspectivas do turismo sustentável, sendo sua construção baseada em princípios e valores éticos, aliado a uma crítica ao modelo do turismo convencional. No entanto, embora o turismo comunitário nasça de um ideário diferenciado de desenvolvimento turístico, parte-se do pressuposto que isto per si não o torna sustentável. Comumente nos apropriamos do discurso da sustentabilidade com base em julgamentos subjetivos, sem referência a padrões ou critérios específicos.

CLARKE (1997) ressalta que o turismo sustentável não é uma característica inerente a qualquer forma ou situação já existente, e sim um objetivo que todas as iniciativas devem se esforçar para alcançar. O autor combate o excesso de rótulos que, por sua vez, estabelecem uma relação simbiótica entre a sustentabilidade e algumas práticas de turismo, associadas, muitas vezes, a pequena escala - *“small was synonymous with sustainable”* (p.226). Neste sentido, defendemos que o turismo sustentável deve ser interpretado como uma meta para realização e não uma característica inerente a uma determinada prática.

## Referências Biográficas

ABETA-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. (2010): *Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo*. Belo Horizonte.

- BARRETO, M. (2000): "As ciências sociais aplicadas ao turismo", SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, pp. 17-36.
- BARTHOLO, R. (2009): "Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária", BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G., BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro (RJ), Letra e Imagem, pp. 45-54.
- BAUMAN, Z. (2003): *Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BENEVIDES, I.P. (2002): "Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local", RODRIGUES, A. B. (Orgs.). *Turismo Desenvolvimento Local*. 3 ed. São Paulo, Hucitec, pp. 23 - 41.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2004): *SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF.
- BRASIL, Ministério do Turismo. (2010): *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. (2009): "Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil". in: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, pp. 76-91.
- CLARKE, J. A. (1997): "Framework of Approaches to Sustainable Tourism", *Journal of Sustainable Tourism*, v.5, n.3, pp. 224-233.
- EMBRATUR-IEB. (2001): *Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Terragraph.
- HIWASAKI, L. (2006): "Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas", *Society and Natural Resources*, vol. 19, pp. 133-143.
- IRVING, M. A. (2002): "Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento", IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. *Turismo, o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura. p. 35-45.
- IRVING, M. A. (2009): "Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível?", BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, pp. 108-119.
- LTDS-LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2011): *Relatório Técnico - Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: PEP, COPPE/UFRJ.
- MALDONADO, C. (2009): "O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas", BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I.; (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro (RJ): Letra e Imagem, pp. 25 - 44.
- MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. (2004). "Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE)", in: *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 4, nº. 4, p. 12 - 22.
- MIELKE, E.J.C. (2009): *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária*. Campinas (SP): Alínea.
- PRAINHA DO CANTO VERDE. (2011). *Prainha do Canto Verde - Turismo comunitário e sustentável*. Beberibe, CE. [Acesso em 26 jun. 2012: [http://prainhadocantoverde.org/?category\\_name=geral](http://prainhadocantoverde.org/?category_name=geral)].
- SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. (2009): "Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário", *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. Vol. 3, nº. 1, pp. 4-24.
- SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F.; ARAUJO, J. R.; MENDEZ, E. O. (2011): "Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável", SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau: Edifurb, pp. 23-30.
- SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (2009): "Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro", BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, pp. 142-161.
- URRY, J. (2001): *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.
- ZAOUAL, H. (2009): "Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições", BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, pp. 55-75.